



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

## LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 26 DE MARÇO DE 2012

Altera dispositivos das Leis Complementares 100, de 30/12/2011, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações e da outras providências; 101, de 30/12/2011, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano e 103, de 30/12/2011, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor, e dá outras providências

A Câmara Municipal de Diamantina decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O artigo 25 da Lei Complementar n.º 100, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 25 – Os projetos relativos à execução de qualquer obra deverão ser apresentados em no mínimo 03 (três) vias impressas, em papel sulfite ou de qualidade superior.”***

**Art. 2º** - O inciso II do artigo 45 da Lei Complementar n.º 100, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações e dá outras providências, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “a”:

***“Art. 45 – .....***

***II - .....***

***a) Em terrenos com aclive superior a 30% (trinta por cento) e desaterros no nível da rua com testada a partir de 2,50m é considerado subsolo.”***

**Art. 3º** - O inciso I do artigo 58 da Lei Complementar n.º 100, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 58 – .....***

***I – carta de habite-se parcial ou total, para obras objeto de alvará de construção, mediante apresentação do laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros, nos casos necessários;”***

**Art. 4º** - O inciso II do artigo 161 da Lei Complementar n.º 100, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 161 – .....***

***II – residência multifamiliar:***

***a) unidade residencial até 80,00m²: área de estacionamento***

***b) unidade residencial maior de 80,00m²: 01 (uma) vaga por unidade residencial.”***

**Art. 5º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover as seguintes alterações nos anexos correspondentes da Lei Complementar n.º 101, de 30 de dezembro de 2011:

***“a) No ZPCH passar o HB2, de uso proibido para uso tolerado ou permissível;***

*b) Nos zoneamentos ZUR2, ZUR3, ZURIT, ZUM2 E ZIN2, alterar nos quadro: Altura máxima de 9,00m para 9,5m (acréscimo de observação 4 da ZPCH)*

*c) Alterar nas observações dos quadros: Se houver abertura ou afastamento nas laterais da edificação, a dimensão mínima da distância das divisas laterais é de 1,5m (um metro e meio).*

*d) Alterar nos quadros ZUR2, ZUR3, ZPCH, lote mínimo para 300,00m<sup>2</sup>.”*

**Art. 6º** - O artigo 34 da Lei Complementar n.º 103, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º:

*“Art. 34 – .....*

*§ 1º – Podem permanecer os usos não conformes aos permitidos pelo zoneamento para as diversas zonas desde que estejam regularmente instalados em data anterior a da entrada em vigor da Lei Complementar 35, de 28 de setembro de 1999, que instituiu o antigo Plano Diretor.*

*§ 2º - Todos os loteamentos e condomínios fechados, aprovados em data anterior a da entrada em vigor da Lei Complementar n.º 35, de 28 de setembro de 1999, que instituiu o antigo Plano Diretor, podem permanecer os usos não conformes aos permitidos pelo zoneamento para as diversas zonas, desde que não conflitem com as normas ambientais, sanitárias e de posturas.*

*§ 3º - Todos os desmembramentos que constarem construções e que não estiverem de acordo com a Lei em vigor, desde que comprovadamente instalados em data anterior a da entrada em vigor da Lei Complementar n.º 35, de 28 de setembro de 1999, que instituiu o antigo Plano Diretor, serão autorizados.*

*§ 4º - Todos os imóveis que estiverem com Escritura Pública de compra e venda com data anterior a da entrada em vigor da Lei Complementar n.º 35, de 28 de setembro de 1999, que instituiu o antigo Plano Diretor, serão autorizados a ser registrados no Cartório de Registro de Imóveis.”*

**Art. 7º** - Fica estabelecido um prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei, para aprovação ou não dos projetos que se encontram pendentes de análise na Prefeitura e que foram baseados na Lei Complementar n.º 35, de 28 de setembro de 1999, que instituiu o antigo Plano Diretor.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2011.

Diamantina, 26 de março de 2012.

**GERALDO DA SILVA MACEDO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**